

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE SURDOS SOBRE A SURDEZ: DEFICIÊNCIA OU DIFERENÇA?

Jéssica Susana Guimarães

RESUMO:

Como tema de pesquisa, a questão da surdez pode ser abordada de diferentes formas. Opta-se, neste estudo, compreender sobre as representações sociais da surdez pela comunidade surda, sendo um aspecto essencial na formulação de propostas educacionais para surdos. A elaboração da pesquisa justificasse para contribuir e ampliar as discussões sobre a surdez, tendo como base levantamento bibliográfico, com o objetivo de compreender a surdez como “deficiência” ou “diferença”, visto que surdos relatam nesse estudo que não se consideram deficientes e aceitam sua condição, ao contrário dos ouvintes que em sua maioria, compreendem a surdez como deficiência, se tornando assim, senso comum.

PALAVRAS-CHAVE: Surdez; Libras; Deficiência; Diferença.

Abstract

As a research topic, the issue of deafness can be approached in different ways. The purpose of this study is to understand the social representations of deafness by the deaf community, being an essential aspect in the formulation of educational proposals for the deaf. The elaboration of the research justifies to contribute and expand the discussions on deafness, based on a bibliographical survey, with the purpose of understanding deafness as “deficiency” or “difference”, since deaf people report in this study that they do not consider themselves disabled and accept their condition, unlike listeners who, for the most part, understand deafness as a disability, thus becoming common sense.

KEY WORDS: Deafness; Pounds; Deficiency; Difference.

INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa e o desenvolvimento do tema foram aos poucos se moldando. Isso se deu na medida em que as leituras de autores surdos, como Emmanuelle Laborit, autora do livro “O Voo da Gaivota” em que narra sua vida da infância até a fase adulta, relatando sobre suas frustrações quanto aos ouvintes e expondo sua opinião sobre a surdez e assuntos correlatos.

Hoje a realidade do surdo em comparação à época em que o livro foi escrito é muito diferente. No Brasil, por exemplo, a Libras (Língua Brasileira de Sinais) está oficializada como segunda língua do país, pelo decreto da Lei no 10.436, desde abril de 2002. Logo em seguida, o decreto nº 5.626, de dezembro de 2005, passou a considerar pessoa surda àquela que, “compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras”. (BRASIL, 2005).

Com tais mudanças, embora recentes, assuntos relacionados aos surdos passaram a receber cada vez mais atenção por parte de pesquisadores e educadores, crescendo significativamente o número de estudos que têm mostrado que a noção de surdez e da pessoa surda tem sofrido modificações ao longo do tempo, conforme indicam os trabalhos de Garcia (2009) e Gonçalves e Silva (1998), que apontam à necessidade de considerar a língua de sinais como marca de diferença da comunidade surda e não mais considerar a surdez como o único traço do indivíduo. Logo, essa ideia pode ser fortalecida pelo que diz a autora Laborit (1994), a respeito da deficiência, dizendo:

“Recuso-me a ser considerada excepcional, deficiente. Não sou. Sou surda. Para mim, a língua de sinais corresponde à minha voz, meus olhos são meus ouvidos. Sinceramente nada me falta, é a sociedade que me torna excepcional.” (p. 131).

Como é possível observar, a autora surda não se considera deficiente, visto que possui outros subsídios que a torna capaz de se adaptar ao que para os ouvintes seria uma limitação. Nesse sentido, a surdez permanece vinculada ao discurso da deficiência, mas é importante ressaltar que há autores que estabelecem a surdez como uma diferença, como Skliar (2010) em cujos estudos menciona que

essa diferença deve ser politicamente reconhecida, o que requer de todos os envolvidos nesse processo uma nova perspectiva a ser considerada, visto que, as diferenças *de pessoas com deficiência são vistas de forma negativa, como afirma Carvalho (2008) em seus estudos, mencionando que pessoas com deficiência são “percebidas pelo que lhes falta, pelo que necessitam em termos assistenciais e não pelo seu potencial latente e que exige oportunidades para manifestação e desenvolvimento”*. (p.17).

Então, a partir desse pressuposto, as representações do povo surdo poderá nos trazer a compreensão de como de fato pode ser considerada a surdez no campo da Educação e se esta corresponde à deficiência. Assim, pensando sobre as Representações Sociais quanto aos surdos, Silva (2005) menciona que antigamente, visto que eles não conseguiam falar, pois, acreditava-se que surdos eram também mudos, as concepções que emergiam naquele momento sobre as representações destes indivíduos e a surdez, eram ideias de representações construídas e aceitas como verdade, uma vez que vinham de autoridades, como médicos ou professores.

Considerando a importância desse estudo principalmente para a comunidade surda, tal pesquisa foi desenvolvida como justificativa de contribuir para ampliar as discussões sobre a surdez e, conseqüentemente, para fortalecer a identidade e cultura dos surdos, tendo como objetivos compreender o que se tem pensado sobre a surdez e analisá-la enquanto deficiência e/ou diferença e sua relação com o processo educacional do indivíduo surdo.

Pensando a Surdez

Neste primeiro momento busca-se compreender quanto aos conceitos de assuntos que abordam o indivíduo surdo, sendo ele o foco desta pesquisa. Desta forma, precisamos conhecer a surdez, sobre seu conceito e como o mesmo vem sendo compreendido, visto que, a concepção de surdez e da pessoa surda vem sofrendo mudanças no decorrer da História. Assim, é possível encontrar estudos que trazem uma nova ideia da pessoa surda, com ênfase na

“diferença” e não mais na “deficiência”.

Pesquisas como de Bisol (2010, p. 7) mostram que para muitos ouvintes a surdez é uma deficiência, sendo essa uma ideia “difundida no senso comum, baseada na definição de que uma deficiência existe quando há um desvio, falta, falha ou imperfeição”. Se pensarmos e nos basearmos nessa ideia, logo a pessoa surda será um deficiente, devido à falta de audição. Já Gesser (2009) afirma que a surdez não é uma deficiência, se observado pelo viés cultural. Laborit (1994) sobre o termo “deficiente” faz a seguinte declaração:

[...] mas a ordem que se fez em minha cabeça, já então, recusar violentamente o rótulo de deficiente. Não sou. Sou surda. Tenho uma língua para me comunicar, companheiros que falam, meus pais que falam.” (p. 79),

A surdez tende a ser pesquisada em duas áreas: o clínico-terapêutico e o socioantropológico. O modelo clínico-terapêutico visa à realização de diagnóstico e a reabilitação, orientando a atenção para a cura do problema auditivo, correção de defeitos da fala e treinamento de habilidades como leitura labial. Assim, tal esforço é direcionado a “normalização” do indivíduo surdo, para sua adaptação à sociedade (Skliar, 1997).

Já, o modelo socioantropológico propõe que a surdez seja vista como uma diferença cultural e linguística, pois muitos surdos não consideram a si mesmos como deficientes, mas pertencentes a uma minoria linguística. Segundo Padden e Humphries (1988, p. 44) “deficiência é um rótulo que historicamente não pertence às pessoas Surdas. [...] Quando pessoas Surdas discutem sua surdez, usam termos profundamente relacionados à sua língua, seu passado, e sua comunidade”.

A princípio, as representações sobre a surdez se fundamentavam através dos mitos, que por sua vez, interferem de forma negativa na identidade dos indivíduos surdos. É muito frequente, por exemplo, ouvirmos as pessoas e as mídias se referirem aos surdos utilizando o termo surdo-mudo. Essa terminologia, na visão da cultura surda, pode ser considerada um erro social. Outro erro muito comum é sobre a língua de sinais ser entendida como uma língua universal, entretanto, as línguas de sinais, assim como as línguas orais variam

de país e região.

De acordo com Santana e Amorim (2001) a partir do momento em que se considera a surdez como diferença e à língua de sinais é atribuído o estatuto de língua, em termos linguísticos e neurolinguísticos, irrompem implicações para a terapia fonoaudiológica. A fonoaudiologia, antes preocupada apenas em oralizar o surdo, tem revisto seus conceitos e abordagens para incluir em seu trabalho a língua de sinais. É necessário, assim, desmistificar a noção de que o fonoaudiólogo “perde” seu espaço terapêutico no campo da surdez quando se leva em conta que a primeira língua do surdo é a língua de sinais. O que deve ser ressaltado é que a língua de sinais possibilita a aquisição e o desenvolvimento linguístico e cognitivo do surdo, não ocorrendo o mesmo com a língua oral.

Alguns números sobre a surdez no Brasil e suas causas

Segundo o censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) referente ao ano de 2010, quase 2 milhões da população brasileira possui perda de audição severa, devendo esse número aumentar. É importante mencionar que há vários graus de surdez, além de haver pessoas que já nasceram surdas, sendo estes surdos congênitos, e pessoas que ficaram surdas em algum momento da vida. Esse material não informa quanto às estatísticas das demais pessoas com outros graus de surdez.

Já os dados da OMS (Organização Mundial da Saúde), de 2015, apontam que no Brasil existe um total de 28 milhões de pessoas com surdez, esse número é referente a todos os graus de surdez. Isso representa 14% da população brasileira. A OMS ressaltava que 10% da população mundial tem alguma perda auditiva e boa parte dessas pessoas teve a audição danificada por exposição excessiva a sons.

As causas da surdez variam muito, podendo ser por motivos de doença, acidente ou excesso de ruído, assim como fones de ouvido com volumes altos, o barulho das grandes cidades, e até moradores perto de aeroportos sofrem com números altos de ruídos acima da média. A OMS alertou em 2016 que o uso de fones de ouvido pode levar 1,1 bilhão de jovens à perda de audição no futuro. Já em crianças

e bebês, o fator genético se aplica, assim como efeitos colaterais de remédios podem trazer problemas auditivos. Também, os riscos de provocar lesões no ouvido das crianças são doenças como otite, sarampo, caxumba e meningite, sendo essa a principal causa no Brasil. Jornal da USP (2017).

A visão educacional da surdez

As propostas educacionais foram buscando se adequar e evoluir lentamente ao longo dos anos. O bilinguismo é uma proposta em evidência, aceita por algumas pessoas de forma obrigatória. Os estudos apresentaram a língua de sinais com aspectos relevantes caracterizados pelas diferenças na organização e estrutura quando comparada com a língua oral, em nosso caso, a Língua Portuguesa.

Assim, conforme Ziesmann (2017) o bilinguismo parte do pressuposto de que o surdo tem o direito de adquirir a sua língua materna – a Língua de Sinais – e depois, então, a sua segunda língua (língua oficial do país) – no caso do Brasil, a Língua Portuguesa. Essa proposta de ensino traz benefícios em relação ao desenvolvimento de significados e conceitos para fazer a relação com o mundo e compreender os signos e significados. (p. 24).

Para Quadros (1997) a proposta do modelo bilíngue deve existir em um ambiente linguístico em que a interação entre as pessoas ocorra de forma natural, oferecendo ao surdo às vantagens de um autoconceito positivo, já que deve haver uma interação com modelos adultos surdos, o que proporcionará um reconhecimento de sua identidade surda, fazendo com que ele perceba que, mesmo tendo surdez e enfrentando certas limitações, poderá usufruir de suas capacidades e potencialidades.

Considerações finais

A surdez não está relacionada a limitações cognitivas e afetivas, mas é preciso que o estabelecimento de uma boa comunicação seja destacado por apoios na educação de surdos, que fornecerão auxílio ao seu desenvolvimento conforme as necessidades das pessoas surdas que fazem parte de uma comunidade que contribui para o

enriquecimento de suas experiências e para o desenvolvimento e aprimoramento de sua língua de sinais.

Nas últimas décadas, percebemos grandes transformações em relação às pessoas surdas, sua história, educação e cultura, como o reconhecimento de suas potencialidades e outras conquistas no decorrer do tempo. A educação de surdos e a estrutura linguística da Libras vêm sendo aprofundadas devido ao reconhecimento da própria língua de sinais, facilitando a compreensão sobre o surdo em suas atividades e em seu desenvolvimento na sociedade e separando os conceitos utilizados na área de Educação dos da área da Saúde, como “ouvinte deficiente”, por exemplo, que caracteriza um paciente em tratamento clínico para ser conduzido à normalidade da fala.

Dessa forma, atualmente na área da Educação o surdo não é caracterizado como ineficiente ou com deficiência, ele é visto como um indivíduo eficiente que desenvolve suas capacidades e potencialidades de forma integral, desde que haja uma comunicação adequada. As terminologias ouvinte deficiente ou deficiente auditivo são utilizadas apenas em contextos da área médica.

É importante ressaltar que uma das principais classificações da surdez diz respeito ao grau de comprometimento, pois o grau e/ou intensidade da perda auditiva é diferente em cada pessoa. Assim, a sensibilidade auditiva do indivíduo é medida pelos profissionais da área por meio do audiômetro, no qual o nível de intensidade sonora é dado em decibel (dB).

Logo o termo deficiência é utilizado na área da saúde e, algumas vezes, em documentos oficiais. Refere-se a uma perda auditiva e não caracteriza o grupo cultura dos surdos, ou seja, uma pessoa com deficiência auditiva não é obrigada a aceitar sua condição de limitação de ouvir e se socializar a maior parte do tempo com pessoas com deficiência auditiva. Dependendo do grau de deficiência auditiva, esta pessoa pode estar muito próxima às condições de ouvintes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BISOL, Cláudia Alquati; SPERB, Tania Mara. **Discursos sobre a surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido.** [Artigo]. Rio Grande do Sul: Psicologia e Pesquisa. 2010.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Ministério da Educação. Secretaria de Educação especial.

BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Brasília: SEESP/MEC, 2005.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** Porto Alegre: Mediação, 2008.

GARCIA, Barbara Gerner de. O multiculturalismo na educação dos surdos: a resistência e relevância da diversidade para a educação dos surdos. **Atualidades da Educação Bilíngue para surdos.** 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

GESSER, Audrei. **LIBRAS: Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da linguagem de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial. 2009.

JORNAL DA USP nº 000, de 19 de setembro de 2017. Disponível em: <http://jornal.usp.br/atualidades/quase-30-milhoes-de-brasileiros-sofrem-de-surdez/>. Último acesso em: 28 de março de 2018.

LABORIT, Emmanuelle. **O Voo da Gaivota.** Paris: Best Seller, 1994.

PADDEN, Carol; HUMPHRIES, Tom. **Deaf in America: Voices form a culture.** London: Harvard University Press. 1988.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SANTANA, Ana Paula; AMORIM, Priscila Mara Ventura. **Língua de Sinais e**

Fonoaudiologia: Um encontro Necessário. [Seminário] Rio de Janeiro: VI Seminário Nacional do INES: Surdez e Diversidade Social. 2001.

SILVA, Ivani Rodrigues. **As representações do surdo na escola e na família: entre a (in) visibilização da diferença e da “deficiência”.** [Tese de Doutorado]. Campinas: Instituto de Estudos de Linguagem – UNICAMP. 2005.

SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** 4º ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

ZIESMANN, Cleusa Inês. **Educação de surdos em discussão: práticas pedagógicas e processo de alfabetização.** Curitiba: Apris Editora, 2017.